

# **BINÔMIO REGIONALISMO-DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO<sup>1</sup>**

Monika Meireles<sup>2</sup>

Jonatan Badillo-Reguera<sup>3</sup>

O objetivo deste artigo é contribuir para a construção de um arsenal teórico-crítico que resgate a discussão do desenvolvimento econômico de forma articulada ao processo de integração regional na América Latina. Para isso, revisamos a evolução histórica das ideias latino-americanas sobre o binômio regionalismo-desenvolvimento, com especial ênfase na contribuição do estruturalismo latino-americano no âmbito de autores vinculados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Após uma breve introdução, o trabalho é composto por mais três seções. A segunda trata da importância dos contextos – histórico, regional e internacional – para pensar em chave estruturalista as estruturas produtivas, as assimetrias econômico-sociais e o subdesenvolvimento que caracterizam a região. Na terceira seção, expomos com mais detalhes o conceito de regionalismo intervencionista, baseado no Mercado Comum Latino-Americano da CEPAL. Na quarta, oferecemos nossas reflexões finais.

**Palavras-chave:** estruturalismo latino-americano; regionalismo; integração; desenvolvimento econômico e social; América Latina.

## **REGIONALISM-DEVELOPMENT BINOMIAL: THEORETICAL CONTRIBUTIONS OF LATIN AMERICAN STRUCTURALISM**

The objective of the article is contribute to a theoretical-critical framework that discusses economic development in an articulated way to the process of regional integration in Latin America. For this purpose, we reviewed the historical evolution of Latin American ideas on the regionalism-development binomial, with emphasis on the contribution of Latin American structuralism from authors associated with the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC). After a brief introduction, this paper is divided into three sections. The second section addresses the importance of the contexts – historical, regional, and international – to think in a structuralist perspective the productive structures, the economic-social asymmetries, and the underdevelopment that characterize the region. In the third part, we present in greater detail the concept of interventionist regionalism, based on the Latin American Common Market of ECLAC. In the fourth part, we present our final remarks.

**Keywords:** Latin American structuralism; regionalism; integration; economic and social development; Latin America.

---

1. Este texto é uma versão corrigida, atualizada e traduzida para o português de um documento originalmente escrito em espanhol que se encontra num livro em processo de edição pelo Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe (Cialc) da Universidade Nacional Autónoma do México (Unam). Os autores agradecem a Dirección General de Asuntos del Personal Académico (DGAPA)-Unam, por meio dos projetos PAPIIT IA300320 e IN302020, e o apoio de Daniela Bernal e Gabriela Rivera.

2. Pesquisadora titular B do Instituto de Investigaciones Económicas da Universidad Nacional Autónoma de México (IIEc/UNAM). Orcid: <<https://orcid.org/0000-0002-8502-0697>>. E-mail: <[momeireles@hotmail.com](mailto:momeireles@hotmail.com)>.

3. Professor adjunto de teorias do desenvolvimento no pensamento latino-americano na Facultad de Economía (FE)/UNAM. Orcid: <<https://orcid.org/0000-0001-5453-812X>>. E-mail: <[badillo.jonatan@gmail.com](mailto:badillo.jonatan@gmail.com)>.

## BINOMIO REGIONALISMO-DESARROLLO: APORTES TEÓRICOS DEL ESTRUCTURALISMO LATINOAMERICANO

El objetivo del artículo es contribuir a la construcción de un arsenal teórico-crítico que rescate la discusión del desarrollo económico de manera articulada al proceso de integración regional en América Latina. Para ello, se revisita la evolución histórica de las ideas latinoamericanas sobre el binomio regionalismo-desarrollo, con especial énfasis a la aportación del estructuralismo latinoamericano en el marco de autores vinculados a la Comisión Económica para América Latina y Caribe (CEPAL). Tras una breve introducción, el presente trabajo consta de otros tres apartados. El segundo versa sobre la importancia que tienen los contextos – histórico, regional e internacional – para pensarse en clave estructuralista a las estructuras productivas, las asimetrías económico-sociales y el subdesarrollo que caracterizan a la región. En la tercera parte exponemos con más detalle el concepto del *regionalismo intervencionista*, con base en el Mercado Común Latinoamericano de la CEPAL. En la cuarta parte ofrecemos nuestras reflexiones finales.

**Palabras clave:** estructuralismo latinoamericano; regionalismo; integración; desarrollo económico-social; América Latina.

JEL: B29; F15; O10; N96.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/rtm30art3>

Data de envio do artigo: 20/10/2022. Data de aceite: 9/1/2023.

### 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é contribuir para a construção de um arsenal teórico-crítico que resgate as particularidades do desenvolvimento econômico no processo de integração regional na América Latina. Para cumprir isso, serão tomados como base alguns dos principais postulados do estruturalismo latino-americano, que foram especialmente trabalhados pelos economistas ligados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Como hipótese de trabalho, procuramos demonstrar que a particular evolução histórica das ideias latino-americanas sobre o binômio regionalismo-desenvolvimento – e, sobretudo, aquelas reflexões ligadas à integração econômica dos países em vias de desenvolvimento – tornam o caso da América Latina único, o que faz, portanto, com que essa discussão sobre integração seja substancialmente diferente daquela que deu racionalidade teórica à construção da União Europeia (UE).

O texto é sustentado por dois eixos explicativos que agem de forma complementar. O primeiro refere-se às ideias-força do estruturalismo latino-americano sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento a partir das abordagens de Raúl Prebisch e Celso Furtado. O segundo eixo, por sua vez, expõe e analisa as ideias-força do *regionalismo intervencionista*, também proposto pelo estruturalismo latino-americano, no que foi defendido no documento sobre o Mercado Comum Latino-Americano (Prebisch, 1998b), que procurou delinear as diretrizes da integração de países em desenvolvimento.

Ao longo da história, a América Latina tem se caracterizado por afetações recorrentes de diferentes tipos: políticas, econômicas, luta de classes sociais, forte concentração de renda, precariedade na infraestrutura regional, heterogeneidade produtiva, presença dos interesses de potências estrangeiras pela ação de empresas transnacionais e contínua luta para manter sua democracia. Também é verdade que esses traços comuns promoveram a aproximação dos países latino-americanos, sendo que o impulso integrador tem sido propiciado por suas semelhanças históricas nos sistemas políticos, econômicos e no tipo de inserção no comércio mundial. Desse modo, busca-se argumentar que a integração regional é cúmplice da estratégia de desenvolvimento e um instrumento de melhoria social.

Na América Latina, a integração tem sido um meio para tentar superar o subdesenvolvimento econômico e as limitações políticas características da região, e, além disso, o contexto nacional e internacional influenciaram a aproximação entre os países e questionaram as tentativas do *neofuncionalismo* (Hass, 1958; Schmitter, 1970) e do *intergovernamentalismo* (Hoffman, 1966) de tentar fazer das suas explicações ancoradas na experiência da UE do pós-guerra algo universal e que pudesse ser generalizado para a compreensão de outras iniciativas de integração. Vale dizer que a reflexão teórica desde a região sobre a integração latino-americana foi muito ativa durante esses mesmos anos, sem deixar de reconhecer que também no plano das ideias a unificação de países data dos movimentos de independência pós-1810 (Vigevani, 2005; De la Reza, 2016).

Assim, aqui tratamos de analisar a integração na América Latina sem preterir de uma avaliação de longo prazo ou longa duração, que, de acordo com Braudel (1979), nos permite identificar em perspectiva histórica como interação atores sociais de uma área geográfica. Com base na correlação entre a história e as ciências sociais, essas interações forjam um tipo de realidade que leva tempo para se alterar ou se desgastar, mas que, simultaneamente, é responsável por moldar o que se entende por uma região. Por exemplo, a construção do istmo centro-americano é pioneira nas iniciativas de integração na América Latina e no Caribe, a partir do século XIX, fundamentado em que uma análise “histórica ou de longo prazo valida a afirmação de que a América Central é uma região onde apesar de existirem ditaduras, crises econômicas, problemas sociais e afetações climáticas, a ideia e a prática da integração regional persistiram” (Montalbán, 2013, p. 144, tradução nossa).

É importante ressaltar, *grosso modo*, que podemos identificar três grandes momentos da teoria integracionista latino-americana. O primeiro surgiu com as ideias de unificação das recentes nações independentes ao sul do continente americano desde 1815, graças ao denominador comum de garantir a segurança diante de novas invasões das Coroas da Europa – Espanha e Portugal – e buscar a autonomia política das nações em nível regional. Essas primeiras iniciativas integracionistas

correspondem à geração dos “libertadores” que, em conjunto com a elite política e intelectual nacional, “desenvolveram uma consciência integracionista sem uma estratégia adequada para analisar a unidade latino-americana” (Lagos, 1967, p. 12, tradução nossa). Por exemplo, a região andina serviu como um ator central ao expressar as preocupações integracionistas expressadas na Carta da Jamaica (1815), “escrita por Simón Bolívar, que indicou a necessidade de independência da Espanha” (Mora, 2008, p. 47, tradução nossa). Em síntese, no século XIX, as iniciativas e os pronunciamentos a favor da integração dos países latino-americanos de independência recente foram o detonante para que, no plano das ideias, que o entrelaçamento de fronteiras surgisse como opção de aliança regional estratégica.

Num segundo grande momento da reflexão sobre a integração latino-americana, na metade do século XX, foram formalizadas as categorias de análise sob a orientação teórica da CEPAL, que procurou promover alianças estratégicas na América Latina que servissem de contrapeso perante o sistema internacional caracterizado pela dicotomia centro-periferia. É nesse momento que se decanta, a partir de debates intelectuais mais densos e de maior abundância de trabalhos formais, contribuições teóricas de mais folego sobre a integração regional na América Latina. A reflexão teórica própria sobre a integração latino-americana pós-Segunda Guerra Mundial se destaca pelo seu conteúdo heterodoxo e assume posições de várias correntes desse espectro de ciência econômica. Da escola pós-keynesiana, especificamente, recuperou o entendimento do papel do Estado como protagonista na economia, como garante das políticas econômicas para o desenvolvimento e como uma instituição destacada na condução da integração influenciando linhas de pesquisa acadêmica e a promulgação de políticas públicas.

Por último, mas não menos relevante – e que se tem que mencionar mesmo que não faça parte da análise central deste trabalho –, o terceiro momento importante para a teoria latino-americana sobre a integração regional emanou da CEPAL em sua etapa *neoestruturalista* de produção intelectual, a partir da década de 1990. No entanto, essa nova versão integracionista surgiu em resposta ao contexto internacional da homogeneização de modelos econômicos e da livre ação do mercado, ou seja, a globalização econômica como eixo orientador. A CEPAL, sob a égide do *regionalismo aberto*, modificou sua visão e postura teórica diante do novo contexto internacional ainda mais distinguido pela hegemonia dos Estados Unidos.

Por facilidade expositiva, o nosso trabalho foi organizado em três seções após esta breve introdução. Na segunda, se desenvolvem com mais profundidade as contribuições da produção intelectual do estruturalismo latino-americano da CEPAL do período pós-guerra. Na terceira seção, analisamos as características do *regionalismo intervencionista*, com um comentário ao texto sobre o Mercado Comum Latino-Americano (MCL), publicado pela CEPAL em 1959. Por fim, são apresentadas as conclusões acerca do artigo.

## 2 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS LATINO-AMERICANAS E ACERVO HISTÓRICO PARA ENTENDER REALIDADES REGIONAIS

Nesta seção enfatizamos a importância que tem o contexto, regional e internacional como elemento central na formulação das explicações teóricas sobre a integração latino-americana, as quais buscam retratar as realidades observadas e dar-lhes racionalidade e lugar de destaque nas ciências econômicas. Assim, é importante destacar que as contribuições dos intelectuais latino-americanos não estão fora de lugar ou “desconectadas” da discussão em nível mundial que se deu sobre o tema, e muito menos a região se “fechou” ou se “distanciou” da dinâmica global da economia. A esse respeito, os anos seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foram marcados por um contexto internacional de bipolaridade hegemônica – entre o capitalismo dos Estados Unidos e o socialismo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – que propiciou, em geral, aos diferentes governos, certa margem de manobra na criação das políticas públicas, econômicas e de proteção social.

As consequências do conflito bélico tornaram evidente a devastação na Europa, tanto em termos de destruição de infraestrutura como no massivo número total de mortos. No entanto, seus alcances se manifestaram muito além das fronteiras do velho continente pela contração da demanda agregada internacional, a estagnação do comércio, a interrupção do fluxo de investimentos estrangeiros e a estagnação econômica global. Além disso, durante esses anos surgiram os processos de conformação de novos Estados-nação provenientes de diferentes regiões como na África, Ásia e América Central e no Caribe (Briceño-Ruiz, 2018). Assim, entre 1945 e 1960, nasce o campo de estudo da economia do desenvolvimento em nível internacional, a cargo da geração dos “pioneiros do desenvolvimento”, como “Rosenstein-Rodan, Nurkse, Prebisch, Hirschman e Leibenstein, entre outros, que forçaram que o novo campo descansará sobre um paradigma edificado a partir de noções de concorrência imperfeita, aumento da renda e trabalho excedente” (Ros, 2013, p. 6, tradução nossa).<sup>4</sup>

Na seção seguinte, a partir de um breve repasse sobre a vida intelectual de Raúl Prebisch e das contribuições analíticas da CEPAL, serão desenvolvidas duas grandes abordagens que explicam o funcionamento e o tipo de inserção que caracterizaram as economias latino-americanas no sistema internacional, no marco histórico descrito. A primeira delas versa sobre o comportamento econômico nos

---

4. Rosenstein-Rodan (1984, p. 207-208, tradução nossa) argumentou que o estudo econômico de países não centrais envolve uma “análise do processo de crescimento em desequilíbrio e isso é essencial para entender os problemas do desenvolvimento econômico (...) não apenas as condições que devem ser atendidas no ponto de equilíbrio”. Por sua vez, para Nurkse (1953, p. 1, tradução nossa): “centro do problema do desenvolvimento em países atrasados economicamente, as áreas ditas *subdesenvolvidas*, em comparação com as avançadas, não estão suficientemente equipadas de capital em relação a sua população e seus recursos naturais”. No entanto, essas interpretações continuaram aderindo parcialmente à ideia da supremacia do livre mercado, relacionada às teorias econômicas clássicas e neoclássicas, ou seja, à ortodoxia.

países em desenvolvimento que não “se encaixavam totalmente” com os preceitos da teoria ortodoxa, porque, em geral, esta ergue seu arsenal interpretativo a partir do exame do funcionamento das economias que se industrializaram mais cedo. A segunda abordagem é aquela que entende que o subdesenvolvimento econômico da América Latina não é uma condição prévia para se experimentar, com o objetivo de acessar o tão desejado desenvolvimento econômico que se manifestou na Europa ou nos Estados Unidos (Furtado, 1961).

## 2.1 O estruturalismo latino-americano e as assimetrias no cenário internacional

O contexto pós-Segunda Guerra marca o surgimento na América Latina da preocupação em caracterizar o subdesenvolvimento, mas com uma interpretação, guiada pela reconstrução histórica, que retratasse a realidade da evolução das suas estruturas produtivas, sociais e os tipos de economias com as quais a região se inseriu no sistema internacional. Sob essa ordem de ideias, em 1948, foi criada a CEPAL que “posteriormente foi considerada por alguns como a mais original e ativa das diferentes organizações regionais estabelecidas pelas Nações Unidas no período pós-Guerra” (Kay, 1989, p. 231, tradução nossa).

Numa síntese apertada, o pensamento cepalino foi autêntico porque conseguiu reunir acadêmicos, técnicos e funcionários, na sua maioria latino-americanos, encarregados de fazer os estudos econômicos sobre as limitações que, em geral, experimentaram, em primeira pessoa, como uma constante ao longo de sua formação profissional. Em outras palavras, os funcionários da secretaria recém-formada estavam conscientes das dificuldades estruturais e sociais que caracterizaram a região, e a partir disso foi criada uma reflexão teórica própria ancorada nas experiências históricas que marcaram o desenvolvimento da América Latina.

A tal respeito, Raúl Prebisch foi secretário geral do organismo e quem teve um papel de destaque na conformação de uma tradição intelectual sobre temas do desenvolvimento com abordagem heterodoxa, mais conhecida como *estruturalismo latino-americano*, que se estabeleceu a partir da necessidade de questionar os postulados clássicos e universais da economia clássica e neoclássica.<sup>5</sup> Portanto, para os fins deste trabalho, a reconstrução de parte do pensamento da *geração fundacional* da CEPAL é essencial. Com base no texto *A Vida e a Época de Raúl Prebisch, 1901-1986*, Dosman (2008), oferece uma sistematização do pensamento original

---

5. Existe uma extensa bibliografia que procura dar conta das diferenças entre as diferentes escolas de pensamento econômico. Ou seja, por um lado, há explicações que se concentram mais na maximização dos lucros ou no alcance dos tão esperados pontos de equilíbrio das economias nacionais que garantem seu crescimento ótimo e, por outro, há interpretações que buscam identificar que a economia é a soma de um componente social, estruturas produtivas e modos de inserção no sistema internacional que afetam o desenvolvimento dos países. Para se aprofundar no debate e no significado do antagonismo das escolas econômicas ortodoxas e heterodoxas, ver Lavoie (2006).

sobre o desenvolvimento econômico proveniente do marco argentino, consideradas as etapas que se seguem.

- 1) De 1943-1949, os primeiros anos do economista argentino como funcionário do governo da Argentina.
- 2) De 1949-1959, suas contribuições permeiam os trabalhos da CEPAL.
- 3) De 1959-1963, a preocupação de seus esforços teóricos concentra-se em como alcançar uma integração econômica regional.
- 4) De 1963-1969, atinge sua projeção entre as instituições internacionais.
- 5) De 1970-1986, passa sua segunda etapa na CEPAL.

Os dois eixos explicativos do pensamento da CEPAL fundacional que mais nos interessam são, por um lado, os conceitos básicos do estruturalismo e, por outro, as particularidades do tipo de integração regional que caracterizou os países da América Latina de 1950 a 1980. O primeiro eixo situa-se na segunda etapa (1949-1959) do pensamento de Raúl Prebisch, que define as ideias-força da análise do estruturalismo. O segundo eixo, situa-se na terceira etapa de Prebisch, que cobre 1959-1963, com os fundamentos cepalinos da integração liderada pelo Estado, e considerou a integração regional como instrumento que culminaria na fase da industrialização iniciada na região durante a década de 1950.

Parte-se de reconhecer a autenticidade da tradição intelectual do estruturalismo latino-americano porque se trata de

um método *histórico-estrutural* que examina as especificidades produtivas, sociais, institucionais e de inserção internacional dos países da América Latina e do Caribe em seu caráter de *periféricos*, em oposição às características das economias *centrais* observadas a partir da perspectiva prioritária de sua transformação, a médio e longo prazo (Bielschowsky, 2009, p. 175, *tradução nossa*).<sup>6</sup>

Ainda com base no pensamento de Raúl Prebisch, nos aprofundamos no estudo do estruturalismo, reconhecendo a potência da força crítica dos primeiros escritos cepalinos (Meireles, 2016, p. 40). A seguir, detalha-se um pouco mais cada uma das cinco etapas da trajetória intelectual de Prebisch de 1943 a 1986.

Na primeira delas, de 1943 a 1949, Prebisch se desvinculou da direção-geral do Banco Central da Argentina com a intenção de retomar suas atividades como docente e pesquisador na Universidade de Buenos Aires, posteriormente ingressando na recém-criada CEPAL. Nessa fase de sua produção intelectual, Prebisch se

---

6. O enfoque histórico-estrutural permite uma interação fértil das abordagens dedutiva e histórico-interpretativa, tratando da trajetória de agentes e instituições e do diálogo permanente entre formulações teóricas e mudanças históricas. Furtado (1959), que trata da conformação histórico-econômica-social do Brasil, é possivelmente a referência mais importante na utilização do método no estudo da história.

concentrou em desenvolver suas explicações sobre os ciclos econômicos, tomando como exemplo a economia argentina.

Em sua segunda etapa, no período 1949-1959, o economista argentino estendeu suas ideias teóricas aos primeiros anos de atividade a cargo da CEPAL. Assim, sempre analisando em nível regional, seus estudos se multiplicaram, dando ênfase à moção da dicotomia do sistema centro-periferia, a ideia da deterioração dos termos de intercâmbio e a força da industrialização por substituição de importações.

A terceira etapa, entre 1959 e 1963, Prebisch mostrou grande interesse e preocupação em construir os preceitos do MCL como possível ponto culminante da estratégia de consolidação do processo de industrialização que se generalizou na América Latina. Além disso, nesse mesmo período, Prebisch procurou incorporar disciplinas adicionais à economia no repertório de sua interpretação da CEPAL, o que teve uma forte reação nos trabalhos feitos pelos outros pesquisadores cepalinos da época.

Na quarta etapa, de 1963 a 1969, já como secretário executivo da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), o interesse de Prebisch se concentrou nas questões da cooperação internacional a favor do desenvolvimento, bem como no aprofundamento do esforço analítico multidisciplinar materializado numa estratégia global de desenvolvimento e nas formulações da necessidade de se conseguir a eficiência dinâmica. Com tudo isso, Prebisch começou a dar seus primeiros passos para construir o que ele chamaria posteriormente, nos anos 1980, de teoria da transformação.

Finalmente, em sua quinta etapa, de 1976 a 1986, o economista argentino assumiu a direção da Revista da CEPAL em 1976, atividade que se estendeu até sua morte em 1986. Nesses anos, Prebisch “foi influenciado pelos debates sobre a dependência latino-americana e, claro, questionando as abomináveis consequências dos golpes militares” (Meireles, 2016, p. 41, tradução nossa).<sup>7</sup>

Um dos primeiros trabalhos da CEPAL, publicado em 1949, sob o nome de *Estudo Econômico da América Latina 1948*, foi encomendado a Prebisch, que foi o responsável por redigir a introdução da obra, intitulada *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*. Esse texto introdutório foi batizado por Hirschman (1968, p. 2) de “manifesto latino-americano”, manuscrito essencial para entender a visão cepalina fundacional do desenvolvimento econômico da América Latina – documento que, em poucas palavras,

---

7. É pertinente reconhecer que as explicações econômicas da América Latina estão historicamente localizadas com a segunda etapa intelectual de Raúl Prebisch à frente da CEPAL (1949-1959). No entanto, deve-se esclarecer que a análise das “condições econômicas imperantes na região foi percebida e pensada por Prebisch desde sua época de funcionário do governo da Argentina, ao analisar os efeitos que os ciclos econômicos tiveram sobre a economia de seu país” (Meireles e Badillo, 2020, p. 9, tradução nossa).



Celso Furtado descreveu como a primeira vez na história econômica que os intelectuais de países centrais não tinham a verdade absoluta ao explicar a realidade internacional, afirmando que qualquer reflexão sobre a CEPAL “deve partir do reconhecimento de que nela foi feito o único esforço de criação de um corpo de pensamento teórico sobre política econômica que surgiu naquela vasta área do planeta a que se chamou terceiro mundo” (Furtado, 1999, p. 30, tradução nossa).

O manifesto latino-americano de Prebisch plasmou a sua interpretação de como as economias da região tinham percorrido a primeira metade do século XX. Ou seja, o economista argentino, com base na observação das características com as quais a região enfrentou o contexto internacional do período entre as Grandes Guerras (1915-1945), concluiu que às economias latino-americanas foi imposta uma restrição indireta, porque não houve nenhuma sanção formal, por parte de seus parceiros comerciais, à importação de bens manufaturados. Essa restrição à aquisição de mercadorias estrangeiras de maior conteúdo tecnológico, ou bens de capital, é explicada em grande parte por duas razões. A primeira, porque o setor manufatureiro global preferiu se concentrar na industrialização para a guerra; e a segunda, porque houve uma forte contração da demanda por bens primários ou *commodities* por parte dos Estados Unidos e dos países da Europa. A soma dessas duas condições interrompeu o fluxo de entrada das divisas internacionais destinadas ao pagamento das importações e, além disso, revelou as “possibilidades aos países da América Latina, ensinando-lhes positivamente o caminho para a atividade industrial” (Prebisch, 1998a, p. 5, tradução nossa). Essa afirmação, foi ponta de lança de um estímulo substancial ao surgimento de novas indústrias que produziram e abasteceram o mercado nacional com bens semelhantes aos importados, dando-lhe racionalidade econômica para a periferia continuar pela rota da industrialização.

Assim surge a grande crítica do estruturalismo latino-americano ao pensamento econômico ortodoxo, que partiu de refutar a validade teórica das vantagens comparativas, de David Ricardo (1817), sobre o benefício do progresso técnico do comércio internacional do livre mercado. Nas palavras do próprio Prebisch (1998a, p. 5, tradução nossa),

segundo essa premissa, o fruto do progresso técnico tem de ser dividido em pares entre toda a coletividade, seja pela queda dos salários ou pelo aumento equivalente dos rendimentos. Por meio do intercâmbio internacional, os países de produção primária obtêm a sua parte naquele furo. Eles não precisam, então, se industrializar. Em vez disso, sua menor eficiência os faria perder irremissivelmente as vantagens clássicas do intercâmbio.

No final das contas, tratou-se do questionamento da tradicional estrutura da velha Divisão Internacional do Trabalho (DIT), que professava que os países subdesenvolvidos deveriam se concentrar na produção de bens primários, e os

países desenvolvidos, na fabricação de manufaturas. Nessa interpretação, a industrialização latino-americana seria uma aberração dentro do sistema econômico internacional porque se incorreria em uma alocação ineficiente dos fatores da produção capital e trabalho. Em contraste, a resposta do estruturalismo foi sua primeira ideia-força como categoria analítica que explicava a realidade do sistema internacional constituído pela noção de dicotomia do *centro-periferia*.

A noção dicotômica centro-periferia é definida por sua característica estrutural no comércio mundial, em que à América Latina, vista como periferia, corresponde a produção de alimentos e matérias-primas, enquanto os países industriais, em seu caráter de centro, se especializam em bens manufaturados. A nova forma de entender a participação latino-americana era a partir de uma relação de distribuição assimétrica fruto do progresso técnico em nível global. Desse modo, o estruturalismo definiu a divisão das tarefas entre o centro e a periferia como sistematicamente prejudicial para esta última, dado que, como resultado dessa organização da economia mundial, os países do centro seriam dominantes, e, por sua vez, os países periféricos seriam dependentes, fragmentados, com um padrão de consumo imitativo e dedicados à produção de *commodities* para a exportação. Essa caracterização da América Latina na inserção no sistema econômico global teve como preocupação refinar as categorias da análise da natureza e as causas que enfatizavam a desigualdade na região periférica, o acesso ao progresso técnico diferenciado e a concentração dos benefícios obtidos no comércio internacional pelos países centrais. Em síntese, a CEPAL criticou duramente e procurou romper com a abordagem clássica da DIT da economia ortodoxa, considerando “que a industrialização da América Latina não era incompatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária” (Prebisch, 1998a, p. 7, tradução nossa), mas que não poderia depender só dela. As bases da transformação produtiva foram refletidas como elemento central a favor de elevar o nível de bem-estar social, por meio do incremento da produtividade e aumento do nível dos salários.

A segunda ideia-força do estruturalismo foi a *deterioração dos termos do intercâmbio* surgido do manifesto latino-americano (1949). Ou seja, Prebisch demonstrou, graças a uma análise histórica e quantitativa, que os frutos do progresso técnico se concentraram nos países centrais – porque os altos níveis de produtividade na elaboração de manufaturas exportáveis desses países não se traduziam em bens mais baratos –, percebendo uma tendência à baixa no comportamento da relação de preços das mercadorias que a periferia exporta e daquelas que ela importa.

Em outras palavras, o quociente dos termos de troca é a divisão dos preços relativos dos produtos exportados em relação ao preço dos bens importados por determinado país, grupo de países ou região. A afirmação da deterioração dos termos do intercâmbio para a periferia foi baseada em uma série de dados estatísticos

que compilou os preços praticados no comércio mundial entre 1876 e 1947. Como balanço final, a estrutura produtiva e a inserção no mercado mundial não favoreciam a América Latina, dado que “a renda média por homem cresceu nos centros industriais mais intensamente do que nos países produtores da periferia” (Prebisch, 1998a, p. 18, tradução nossa). Na análise da deterioração dos termos de troca, pode-se afirmar que existem desigualdades nos níveis de produtividade e, portanto, isso invariavelmente revela a existência de assimetrias nas condições da produção que resultam na melhor qualidade de vida dos trabalhadores nos países centrais, enquanto, ao mesmo tempo, na periferia, há baixos salários e condições de trabalho mais precárias. Além disso, Prebisch relacionou a discussão sobre a deterioração dos termos de intercâmbio com os ciclos econômicos – expansivos ou recessivos – a ritmos diferentes no centro e na periferia, sendo que, nesta última, tanto períodos de auge como de depressão seriam mais acentuados.<sup>8</sup>

Finalmente, a terceira ideia-força nodal do estruturalismo que queremos destacar foi a promoção da industrialização como caminho para a transformação da estrutura produtiva e da inserção internacional da América Latina. No entanto, vale dizer que para esse grupo de autores a industrialização, por si só, não significava a panaceia econômica para nossos países, mas, sim, era tida como talvez o mais importante instrumento – mas não o único – dentro de um conjunto de ações que projetariam uma estratégia de desenvolvimento a médio e longo prazo. Assim, por meio da defesa da industrialização se buscava fomentar o objetivo comum de melhorar a inserção dos países latino-americanos no sistema econômico internacional e, com isso, reduzir as lacunas técnico-produtivas existentes em comparação com os países do centro. Isso significa dizer que a CEPAL promoveu o modelo de industrialização por substituição de importações (ISI) na América Latina não para estimular a “autarquia”, mas com o objetivo de modificar a dinâmica centro-periferia, procurando diversificar os setores produtivos destinados à exportação – é claro, com a proteção do Estado às novas indústrias. Já com a industrialização e a mudança na composição das exportações, os chamados benefícios do progresso do técnico finalmente seriam retidos e aproveitados pela periferia, fazendo do comércio exterior um dos elementos propulsores do desenvolvimento econômico.

Assim, a industrialização da América Latina seria tanto o veículo para a redução das lacunas entre os níveis de produtividade em relação ao centro como cobriria outro objetivo: dar acesso a melhores níveis de renda dos trabalhadores como resultado de que os empregos estariam disponíveis em setores cuja fabricação de mercadorias requer maior nível tecnológico. A diversificação produtiva e setorial latino-americana permitiria reverter o impacto histórico na balança de pagamentos,

---

8. Para aprofundar a metodologia de análise de deterioração dos termos de intercâmbio, consultar Rodríguez (2001).

ao combater a fragilidade do padrão de comércio periférico – explicada pelos “estrangulamentos” do setor externo, isto é, a grande quantidade de produtos importados, como os bens de capital necessários para o aprofundamento da própria industrialização – e, simultaneamente, contribuir para a diminuição do coeficiente de importações tradicionais.<sup>9</sup> Ou seja, graças à industrialização da periferia, o modelo de inserção ao comércio internacional centro-periferia se viu questionado e, sem essa reorganização, seria muito difícil romper com a condição de subordinação tecnológica, corrigir as marcadas assimetrias produtivas e elevar os níveis de renda média nos trabalhadores da região.

Por essas razões era justificada a necessidade de uma gradual substituição de importações industriais por produção nacional, e que esse processo fosse dirigido pelo Estado por meio de três grandes mecanismos: i) aumento das tarifas de importação; ii) desvalorização da moeda local; e iii) controle momentâneo da taxa de câmbio. Os diferentes governos dos países latino-americanos variaram no uso, na intensidade e no momento de aplicação de cada um desses mecanismos (Meireles, 2016, p. 48). Vale mencionar que em nenhum momento a proposta da industrialização da periferia foi defensora do “fechamento” comercial total da região latino-americana com o resto do mundo – nunca se tratou da promoção da autarquia comercial –, mas sim de administrar as bases do comércio exterior para fortalecer a produção industrial nascente de empresas nacionais para conseguir abastecer o mercado com produtos latino-americanos.

Ademais, considerando que os estrangulamentos do setor externo da América Latina ocorrem porque historicamente o valor das importações de bens de capital tem um valor superior ao das exportações de bens primários, é importante “contextualizar o postulado cepalino e destacar que esse raciocínio se baseia na hipótese da disparidade da elasticidade da renda da demanda dos produtos comercializados” (Rodríguez, 2006, p. 67, tradução nossa). Nessa ordem de ideias, a causa do desequilíbrio externo é a diferença da elasticidade-renda da demanda por produtos manufaturados, a qual vem da explicação da curva de Engel, que, “*grosso modo*, mostra a redução relativa dos gastos com alimentação diante de um aumento da renda” (Meireles, 2016, p. 47, tradução nossa). Ou seja, o consumo absoluto de alimentos poderia se elevar por um crescimento na renda disponível, no entanto,

---

9. O coeficiente de importação é o resultado da divisão do valor total das importações de um país dividido pelo produto interno bruto (PIB), em um determinado período de tempo. A importância desse coeficiente reside no fato de que, nos países latino-americanos, o processo de diversificação produtiva baseado no processo de industrialização por substituição de importações conseguiria reduzir a importação de bens manufaturados. Em suma, havia três alternativas que os governos latino-americanos poderiam escolher para reduzir seu coeficiente de importação: “1) aumentar a oferta de produtos, matérias-primas e manufaturados, exportáveis com a desejada industrialização da região; 2) estimular o fluxo de produtos industriais com base no comércio intrarregional; e 3) aumentar o nível tarifário dos produtos primários nos grandes centros industriais-exportadores da periferia” (Prebisch, 1998a, p. 335, tradução nossa). Com a continuação, o modelo industrializador consolidaria a diversificação setorial na periferia, garantindo que, no médio prazo, os produtos industriais latino-americanos não só fossem exportados com preços competitivos mas também com altos níveis de qualidade.

o consumo de bens manufaturados será maior do que o primeiro devido às diferenças nas elasticidades de renda da demanda entre os dois tipos de bens.<sup>10</sup>

Finalmente, devemos mencionar que o contexto internacional em que Prebisch e a CEPAL fundacional formularam as ideias-forças do estruturalismo latino-americano foi único. O período pós-Segunda Guerra, entre 1950 e 1970, foram anos caracterizados por derivações do ocorrido no conflito bélico, por exemplo, uma deterioração nos fluxos comerciais tradicionais, mas também de incremento da produção e exportação de bens do setor siderúrgico, e também pela regulação das finanças no marco do sistema econômico mundial de Bretton Woods (1944-1971). Essa confluência de fatores permitiu certas “liberdades” na aplicação de modelos econômicos de acordo com as necessidades do desenvolvimento de cada país, então, a partir de Prebisch e suas ideias, passaram a existir as condições para promover a continuidade do impulso à industrialização na América Latina.

## 2.2 (Sub)desenvolvimento: contribuição do estruturalismo latino-americano para a explicação das assimetrias econômico-sociais

Já analisamos como a CEPAL, a partir da contribuição inicial de Prebisch, forneceu as categorias interpretativas para entender melhor a realidade econômica e política da América Latina entre 1950 e 1985. A construção do arsenal interpretativo do estruturalismo latino-americano se deu *pari passu* ao esforço de descrever de maneira mais precisa a lógica da produção, dos elementos do atraso econômico e o tipo de inserção periférica da região ao sistema internacional. Enriqueceu-se de forma sólida a criação de categorias teóricas alternativas que permitissem à região reflexionar sobre como superar o subdesenvolvimento econômico para a melhorar os níveis de vida da maior parte da população, reduzir a lacuna tecno-produtiva em relação ao centro e promover a transformação econômico-social radical dos países latino-americanos.

A análise do subdesenvolvimento econômico do estruturalismo latino-americano foi aprofundada pelo economista brasileiro Celso Furtado (1920-2004), diretor da divisão de desenvolvimento econômico entre 1950-1957 na CEPAL. Se Prebisch colocou mais ênfase nos seus estudos na aplicação tecno-produtiva das manufaturas e no impacto dos padrões do comércio internacional com a especialização da periferia, Furtado analisou com mais afinco o progresso técnico em relação

---

10. Usando a seguinte equação:  $Y = ep * wec$ , em que  $ep$  é elasticidade-renda das exportações da periferia;  $ec$ , elasticidade-renda de suas importações; e  $w$ , a taxa de crescimento correspondente à dos centros. A disparidade ( $ep > ec$ ) da periferia deve crescer menos que a do centro ( $y < w$ ). As disparidades de elasticidade e as taxas de crescimento da renda do centro impõem um limite à taxa de crescimento da renda na periferia. Se esse limite for ultrapassado, gerará sucessivos déficits comerciais que acabam impedindo sua continuidade de expansão econômica, a menos que tal tendência seja evitada por meio de um certo padrão de industrialização, caracterizado pela substituição de importações e pela mudança na composição das importações (Rodríguez, 2006, p. 69).

ao desenvolvimento econômico numa perspectiva de longo prazo, destacando como os países centrais controlavam a tecnologia que a periferia recebia e como a combinação entre formas mais modernas de produção com “estruturas arcaicas” explicava a especial configuração histórica de “estruturas híbridas” que caracterizava o subdesenvolvimento da região (Furtado, 1961).

Podemos destacar que a inquietação intelectual de Furtado partiu de confrontar os postulados econômicos clássicos – sobretudo ao apontar que na América Latina deveria ser evitada “a redução da sociedade a um modelo e a tradução de um processo histórico em termos de um elegante sistema de equações” (Furtado, 1993, p. 300, tradução nossa) – para consolidar a advertência de que a região deveria contornar a *ilusão econômica*. Assim, ele colocou mais ênfase na legitimação da análise histórica como ferramenta analítica essencial ao estruturalismo (Furtado, 1959; 1970).<sup>11</sup> Para o autor, nos elementos de base, para se erigir uma teoria do subdesenvolvimento era determinante redimensionar o papel do Estado como executor das políticas industriais – na criação de novos mercados e setores –, o qual deveria ser o ator a liderar as estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo que buscassem diminuir a desigualdade entre o nível dos salários dos trabalhadores da periferia com relação aos assalariados nos países centrais. Além disso, Furtado reconheceu que as condições estruturais do subdesenvolvimento exigiam uma

ciência econômica nova e distinta; dado que a economia ortodoxa não tinha a experiência nem a capacidade de analisar estruturas do subdesenvolvimento: a economia do desenvolvimento, em sua forma geral, não se enquadra nas categorias da análise econômica (Furtado, 1958, p. 316, tradução nossa).

Dessa forma, a construção da categoria analítica subdesenvolvimento foi para Furtado um divisor de águas nas ciências econômicas de sua época, porque, em grande parte, a interpretação clássica não conseguia dissecar a importância de se acessar as especificidades da dinâmica econômica da periferia, nem entender como essa dinâmica “empata” o desenvolvimento social da região.<sup>12</sup>

---

11. Nas palavras de Ricardo Bielschowsky, grande conhecedor da obra de Furtado, foram justamente nos seus livros “mais históricos”, como *Formação Econômica do Brasil* e *Formação Econômica da América Latina*, que encontramos o fulcro do método estruturalista da CEPAL na compreensão do subdesenvolvimento como um fenômeno que requer uma teorização própria (Bielschowsky, 1998, p. 24).

12. Talvez o mais importante seja que Furtado mostrou que o crescimento econômico de algumas nações não se traduz no desenvolvimento dos seus sócios comerciais, e que isso não garante que outros países melhorem sua posição relativa no sistema centro-periferia. Ele rompeu com a ideia fundamental de que o comércio internacional com a livre ação do mercado levaria à convergência entre países. Segundo o autor, “o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária no processo de formação das economias capitalistas. É uma situação particular, resultante da expansão das economias capitalistas para utilizar recursos naturais e mão de obra de zonas de economia pré-capitalista. O fenômeno do subdesenvolvimento aparece em várias formas e em diferentes estágios. O caso mais simples é o da coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de uma *commodity* de exportação, com um grande setor de economia de subsistência, cuja convivência pode continuar em equilíbrio estático por longos períodos. O caso mais complexo é aquele que ocorre quando a economia tem três setores: um, principalmente de subsistência; outro, voltado principalmente para a exportação; e o terceiro, com um núcleo industrial ligado ao mercado interno” (Furtado, 1983, p. 475, tradução nossa).

Quando concluiu que o subdesenvolvimento da América Latina deriva da coexistência de diferentes setores produtivos que impedem simular as trajetórias dos centros industriais, as críticas que Furtado recebeu foram feitas por teóricos de diferentes frentes. Por exemplo numa espécie de “fogo amigo”, um personagem em desacordo com Furtado foi Fernando Henrique Cardoso, para quem “a confiança de Furtado na capacidade do Estado de planejar e liderar um processo endógeno de desenvolvimento autossuficiente era exagerada” (Cardoso, 2005, p. 5, tradução nossa). Outro exemplo da crítica aos postulados furtadianos do subdesenvolvimento e de seus seguidores vem de economistas de corte neokeynesianos que tentaram de alguma forma diminuir a importância desse tipo de aporte intelectual vindo da periferia (Krugman, 1995). De fato, para os neokeynesianos, “a teoria do desenvolvimento foi abandonada porque as pesquisas clássicas sobre o campo começaram a ser simplesmente incompreensíveis e (...) a economia do desenvolvimento era de estilo arcaico, mesmo para o seu próprio tempo” e os economistas do desenvolvimento – como Hirschman, Lewis, Myrdal e Rosenstein-Rodan – estariam fora dos limites do que se reconheceria formalmente como “economia”, dado que, em sua leitura, a teoria econômica deveria ser “essencialmente uma coleção de modelos” (Krugman, 1995, p. 23-27, tradução nossa).

Uma das principais marcas do pensamento de Furtado foi o compromisso em explicar o essencial da realidade da região mediante constante observação, sempre acompanhando tal capacidade de percepção com o rigor do método científico e grandes doses de criatividade (Furtado, 1963). No entanto, para concretizar essa gigantesca tarefa, o economista brasileiro teria que constantemente nadar contra a corrente, primeiro enfrentando as múltiplas resistências da expressão latino-americana do pensamento econômico ortodoxo em nível mundial e também certa incompatibilidade com os rumos que a própria CEPAL foi tomando nos anos imediatamente anteriores a sua saída do organismo.

A ciência econômica de orientação ortodoxa, durante a primeira metade do século XX, foi liderada por Lionel Robbins, influente economista da London School of Economics, que publicou um ensaio sobre a origem e importância da reflexão econômica e foi o responsável por cunhar o popular argumento de que a ciência econômica se definiria por estar interessada em estudar a alocação eficiente dos recursos escassos (Hodgson, 2001, p. 209). Décadas depois, Paul Samuelson, em seu texto *Fundamentos da Análise Econômica* consolidou a hegemonia ideológica da abordagem de Robbins, argumentando que ele “marcou uma nova era ao definir de perto os parâmetros e limites do que os entendidos no assunto poderiam analisar no ramo da chamada ciência econômica, deixando-os em um mundo estático e anti-histórico” (Samuelson, 1947 *apud* Cypher, 2015, p. 150,



tradução nossa).<sup>13</sup> Segundo Mirowski (2013, p. 6, tradução nossa), já em 1974, Robbins “ajudou a formar a influente *Sociedade Mont Pèlerin*, estabelecendo ali os fundamentos de uma doutrina que mais tarde seria conhecida como neoliberalismo”. Por sua vez, a crítica contundente que a teoria econômica latino-americana faz a esses postulados da corrente dominante em economia se sustenta em dois eixos. O primeiro é a falta de historicidade; e o segundo, o antagonismo às explicações universais provenientes de economias desenvolvidas. Ou seja, o estruturalismo foi contestatário do traço anti-histórico do método dedutivo privilegiado na construção do conhecimento econômico por parte da corrente ortodoxa pela impossibilidade de que seus preceitos pudessem ser aplicados indiscriminadamente nas regiões periféricas e subdesenvolvidas.

Nesse sentido, Furtado estudou a evolução da economia mundial interpretando o fenômeno do subdesenvolvimento de um ponto de vista histórico, em que se destaca que ele foi consequência da rápida propagação das novas formas de produção, a partir de um número limitado de centros irradiadores de inovações tecnológicas localizados na Europa e de periferias que as absorviam, o que levou à criação de um sistema econômico de dimensão planetária extremamente assimétrico. Dessa forma, Furtado considerou o subdesenvolvimento uma criação do desenvolvimento, ou seja, resultado do impacto em um grande número de sociedades que foram incorporadas à revolução industrial, desde sua fase inicial até o final do século XIX (Furtado, 1961; 1972). Assim, as contribuições de Furtado para o estruturalismo, segundo Bielschowsky (2009), são: a incorporação da perspectiva histórica de longo prazo à análise econômica da América Latina; o interesse por entender a dificuldade que os setores urbanos modernos têm em absorver a mão de obra originária do campo e a consequente possibilidade de que o crescimento econômico ocorra de forma desequilibrada – de modo que haja aumentos na produtividade, mas simultaneamente persista a má distribuição da renda; e o destaque ao papel que o padrão de consumo conspícuo tem sobre o crescimento econômico.

Em resumo, Furtado (1961) apresenta categorias da análise fundamentais para a compreensão das estruturas produtivas da América Latina e a relevância que a industrialização teria. Especificamente no quarto capítulo, *Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento*, ele argumenta que os condicionamentos dados pelo subdesenvolvimento latino-americano são fruto do encontro entre a expansão geográfica do capitalismo com zonas onde existiam estruturas produtivas arcaicas, destinadas à exploração de matérias-primas herdadas do período colonial. Depois, Furtado identificou que, na sequência da Revolução Industrial europeia, a expansão do capitalismo sobre as estruturas arcaicas variou entre as diferentes regiões, trazendo distintos resultados, dependendo do impulso das circunstâncias locais e do tipo

---

13. Samuelson, P. A. *Foundations of economic analysis*. Cambridge: Harvard University Press, 1947.



de penetração, ainda que quase sempre tendo como resultado a criação de *estruturas híbridas*, nas quais confluíam tanto formas modernas e capitalistas de organização social da produção como outras, ancoradas em relações sociais ditadas pela estrutura preexistente.<sup>14</sup>

### 3 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA, REGIONALISMO E ESTRUTURALISMO NA CEPAL

É importante notar que a produção intelectual latino-americana em matéria de economia e integração regional, principalmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, se distinguiu pelo seu especial *mix* de influências. Parte do conteúdo heterodoxo dessa discussão se apoiou no poskeynesianismo; outra parte, em raízes mais institucionalistas, mas sempre afim com as correntes que conduziam as pesquisas acadêmicas a sugerir políticas de Estado. Vale recordar que, também nesse campo, a realidade latino-americana difere substancialmente do diagnóstico dado pelo pensamento econômico ortodoxo que se conformou a partir do estudo de caso da integração nas economias desenvolvidas, principalmente do alvorecer da UE.

Contudo, não se pode avançar num percurso de recuperação das contribuições latino-americanas sobre a integração regional sem mencionar que esta preocupação começou tendo como importante precedente, no plano das ideias, a busca, a partir de 1815, por manter a independência das ex-colônias europeias recém-libertadas. As primeiras iniciativas nessa direção tiveram por objetivo a *união* regional, sob o princípio de garantir a não intervenção de outros impérios do velho continente, e que ficou conhecido como o período da geração dos libertadores, fazendo referência a personagens como Simón Bolívar e José de San Martín, para mencionar alguns. Já na metade do século XIX, autores como Francisco de Bilbao e José María Samper começaram a tratar o tema da identidade regional como um elemento essencial para que se criassem os incentivos necessários à promoção da unificação dos países latino-americanos.

No entanto, foi só na primeira década do século XX que ocorreram as primeiras tentativas de evoluir do plano das ideias para um acervo teórico inclinado a refletir especificamente sobre a integração regional na América Latina. De acordo com Briceño-Ruiz, as grandes contribuições para uma formalização teórica embrionária se encontram nos trabalhos do economista Alejandro Bunge, com quem se iniciou “uma transição do *saber* sobre o regionalismo do século XIX para uma formulação teórica mais elaborada” no alvorecer do século XX (Briceño-Ruiz, 2019, p. 122, tradução nossa).

---

14. Esse tipo de economia dual constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. Assim, Furtado afirmou que o subdesenvolvimento é um *processo histórico autônomo*, e “não uma etapa pela qual deveriam ter passado as economias que já atingiram um grau mais elevado de desenvolvimento. Para captar a essência do problema das economias subdesenvolvidas atuais, é preciso levar em conta essa peculiaridade” (Furtado, 1961, p. 165, tradução nossa).

De fato, essa afirmação se sustenta porque, em 1909, Alejandro Bunge foi responsável pela proposta de se criar a União Aduaneira do Sul, que formalizaria as relações econômicas e comerciais entre os países limítrofes dessa área, a saber: “Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai. Que uniformizam as tarifas alfandegárias de acordo com os direitos mais altos em qualquer um desses países para cada artigo, e as futuras modificações serão adotadas por uma comissão permanente” (Bunge, 1940, p. 279, tradução nossa).<sup>15</sup> Vale ressaltar, que Bunge foi um dos teóricos que exerceu presença marcante na formação daquele jovem economista argentino, estudante de contabilidade pública na Universidade de Buenos Aires, chamado Raúl Prebisch.<sup>16</sup>

As primeiras incursões da CEPAL na temática da integração foram condenadas, no final da década de 1950, no texto *Mercado Común Latinoamericano y el Régimen de Pagos Multilaterales* (Prebisch, 1998b), em que se apresentaram as diretrizes teóricas de uma integração econômica regional pensada *desde e para* a América Latina.<sup>17</sup> Em outras palavras, nesse documento foi plasmada a ideia de como um mecanismo regional permitiria acelerar a industrialização latino-americana, contribuindo para que superasse mais facilmente a sua condição de economia periférica em termos da modalidade de interação com o comércio internacional.

Claro, existem evidências prévias aos postulados do MCL em relação à aproximação econômica sistemática dos países. Por exemplo, o Plano Pinedo foi proposto pelo governo da Argentina, em 1940, para diversificar suas exportações e mercados externos. No marco do Plano Pinedo, procurou-se a assinatura de um acordo de livre comércio entre Argentina e Brasil por meio do qual fosse facilitado o intercâmbio de bens agrícolas complementares, como o trigo argentino e café e frutos tropicais brasileiros. Meses mais tarde, em novembro de 1941, os chanceleres do Brasil, Oswaldo Aranha, e da Argentina, Enrique Ruiz, assinaram em Buenos Aires o “Tratado para o Livre Comércio Progressivo (TLCP), confirmando a vontade

---

15. É fundamental deixar registrado que, segundo Araya (2016), as principais ideias de Friedrich List, economista alemão do início do século XIX que contribuiu com grandes discursos sobre economia política, influenciaram muito as reflexões em perspectiva socioeconômica do engenheiro argentino Alejandro Ernesto Bunge. De fato, List é um dono de uma visão de mundo que fusiona elementos econômicos e sociais e que teve um impacto decisivo na trajetória de Bunge, provavelmente por causa de sua formação universitária na Alemanha.

16. Para Odisio (2022), a relação entre Bunge e Prebisch foi muito relevante para o segundo nos seus anos como estudante e jovem profissional, mas depois houve um distanciamento entre os dois. Nas palavras do comentarista: “Também em 1920 [Prebisch] começou a publicar na *Revista de Economía Argentina*, fundada pelo engenheiro Alejandro Bunge dois anos antes. Prebisch mais tarde o chamaria de ‘o primeiro apóstolo da industrialização’, embora seu relacionamento tenha começado no seminário que o engenheiro ministrou sobre custo de vida e poder aquisitivo da moeda, assunto que obviamente interessava a Prebisch. No ano seguinte já participava como professor do seminário de pesquisa da Bunge, que também abriu as portas de sua primeira experiência em uma repartição pública, a Diretoria de Estatística que ele dirigiu. Pouco depois, ele também foi incorporado à cadeira de economia da Faculdade de Direito da Universidade Nacional de La Plata. No entanto, a influência dos socialistas, fortemente inclinados ao livre comércio, o afastaram das posições industriais de Bunge e seu grupo, ligados ao catolicismo social” (Odisio, 2022, p. 34-35, tradução nossa).

17. Ver também: Prebisch (1998a) e CEPAL (1956).

de ambos os países de adotar *um regime de livre intercâmbio* que permitisse chegar a uma união aduaneira, aberta aos países limítrofes” (De Almeida, 1993, p. 73, tradução nossa). Embora tenha sido reconhecido no momento a importância de maior proximidade econômica para estimular a industrialização daquelas que eram então as duas economias mais avançadas da região, e do quão fundamental seria criar uma união aduaneira, ela nunca foi realizada. A razão para que a capacidade de cooperação entre esses países não tenha resultado numa união aduaneira foram, basicamente, os conflitos internos da Argentina, com sua elite industrial e partidos opositores ao governo que não permitiram consolidar o acordo.<sup>18</sup> Além disso, vale mencionar, que a relação econômica entre Brasil e Argentina foi truncada com o início da Segunda Guerra Mundial devido às preferências ideológicas nacionais – o Brasil se pronunciou contra a guerra e entrou no conflito armado por sua afinidade com os Estados Unidos e, em contrapartida, a Argentina tomou uma postura neutra diante da crise internacional e manteve vínculos com a Alemanha e a Itália.

Outro grande projeto regional latino-americano foi a Organização Econômica Grancolombiana (OEGC), subscrita com a Carta de Quito de 1948. Desde 1942, a Colômbia e o Equador haviam apoiado a conformação de um esquema regional de integração, assinando para isso um acordo de comércio e navegação e criando a Frota Mercante Grancolombiana, à qual se juntou posteriormente a Venezuela. Em 1948, os governos dos três países, juntamente com o Panamá, retomaram o projeto de integração reunindo seus representantes na capital equatoriana. A Carta de Quito foi um ambicioso projeto de criar uma união aduaneira como primeiro passo para alcançar, de forma gradual e progressiva, uma união econômica e fomentar o desenvolvimento industrial dos países membros (Arosemena, 1949). No entanto, o fracasso do projeto foi resultado de mais um capítulo no qual interesses extrarregionais jogam em contra à integração latino-americana, sendo que, nesse caso específico, a rejeição dos Estados Unidos se deveu à importância estratégica do Canal do Panamá.

Finalmente, com o decorrer da década de 1950 ocorreram outras iniciativas integracionistas, caracterizadas pelo desenvolvimento de políticas de industrialização com maior grau de autonomia e almejando harmonizar as trajetórias nacionais próprias com a agenda em prol de maior regionalização. Nessa lógica de política nacional-desenvolvimentista estão os governos de Juan D. Perón, na Argentina, de Getúlio Vargas, no Brasil, e, mais ao norte, de Ruiz Cortines, no México.

---

18. Com o Plano Pinedo procurou-se promover um maior entendimento entre “Brasil e os países vizinhos através da assinatura de um acordo comercial. Antes da formulação do Plano Pinedo, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai tinham manifestado interesse em preservar seu decrescente comércio recíproco em produtos primários” (Briceño-Ruiz, 2011, p. 22, tradução nossa). Nas palavras de outro comentarista, “propunha-se igualmente a criação de um mercado regional que favoreceu a especialização industrial e o aproveitamento das economias de escala” (Rodríguez, 2001, p. 103, tradução nossa).

Outro projeto de grande importância surgiu quando o presidente argentino Perón, em 1953, procurou seu colega chileno, Carlos Ibáñez, e ambos assinaram o Ato de União Econômica Argentina-Chilena, que, com o apoio de Vargas, considerava a criação de uma união aduaneira. A eventual ampliação do ato para incluir o Brasil significava a reativação do “Pacto ABC e a criação de um espaço regional integrado no Cone Sul, o que representava uma reviravolta na política brasileira em relação aos Estados Unidos, mais independente do que a existente durante a Segunda Guerra Mundial” (Tussie, 1988, p. 157, tradução nossa).<sup>19</sup>

### 3.1 Regionalismo intervencionista e a CEPAL (1959-1980)

Dadas as dificuldades das iniciativas de integração econômica que ocorreram na América Latina durante a década de 1950, a CEPAL tomou, a partir de então, a iniciativa de propor um instrumento de integração que recolhesse as especificidades das economias latino-americanas na sua trajetória de desenvolvimento. É dessa forma que o MCL pode ser visto como proposta de integração latino-americana e como “o resultado de uma política mais do que uma fórmula” (Prebisch, 1998b, p. 328, tradução nossa). Ou seja, não se trataria de uma “fórmula” acabada, mas sim de uma construção coletiva, em etapas claras e com programas concretos endossados por cada país participante, para que, numa perspectiva de longo prazo, finalmente conseguisse que bens, serviços, homens e capitais circulassem livremente num mercado comum latino-americano.

A ideia de avanço progressivo do MCL por *etapas programadas* representou a primeira ideia-força do regionalismo cepalino de 1959 a 1980. Os processos de integração regional propostos após 1959 na América Latina, em maior ou menor medida, incorporam este princípio: essa característica permitiria complementar as estruturas econômicas nacionais dos países que estivessem projetando sua integração. A esse respeito, sob o MCL, numa primeira fase de dez anos, procurar-se-ia reduzir o nível médio de tarifas entre os países latino-americanos. Ficaria acordado que, uma vez ultrapassada a primeira década de funcionamento, novas rodadas de negociações seriam convocadas e avaliariam o quanto foi reduzido e até que ponto a retirada das barreiras tarifárias auxilia o comércio intrarregional. Em outras palavras, a avaliação programada implementaria as novas políticas comerciais que conseguissem cumprir os objetivos estabelecidos desde o início.

Outro elemento nodal do MCL foi reconhecer que nem todos os países da região tinham a mesma capacidade de produção, e, dessa forma, o projeto de integração

---

19. Nesse contexto, a América Latina não renunciou ao seu direito elementar de associação ou integração econômica, que equivale ao direito que gozam politicamente os Estados Unidos da América e os países europeus. Esses acordos eram “a necessidade de complementar a produção básica, ampliar os mercados para o desenvolvimento industrial e nos defender do poder econômico estrangeiro. As preferências regionais constituem um primeiro passo para uma união aduaneira latino-americana” (Tussie, 1988, p. 134, tradução nossa).

cepalino significava incluir todos os países latino-americanos, mas sempre colocando ênfase na atenção com aqueles mais atrasados. Ficou claro que a redução das barreiras tarifárias favorece a compra de produtos importados intralatino-americanos. Também ficou evidente, no entanto, que essa lógica de oferta afetaria em maior proporção os países de desenvolvimento econômico incipiente. O regionalismo cepalino reconheceu as assimetrias nas capacidades produtivas no interior do bloco que se buscava conformar, justamente em linha com o ensinado por sua segunda ideia-força. Em síntese, isso implicaria o entendimento de que os países de desenvolvimento econômico incipiente teriam um tratamento tarifário diferenciado, tanto no âmbito produtivo como no comercial, dentro do MCL.

Finalmente, a terceira ideia-força do regionalismo intervencionista foi a troca recíproca de bens industriais e de consumo. Numa palavra, o MCL dava alternativas para desenvolver as exportações industriais intrabloco na região latino-americana, e, assim, impulsionar os países participantes a conseguirem se concentrar em comercializar bens que de outra forma teriam sido importados de outras partes do mundo.<sup>20</sup>

Em resumo, o regionalismo do MCL aspirava cumprir simultaneamente com as características de ser dinâmico em absorver a oferta de trabalho deslocada dos setores menos produtivos da economia, impulsionando a industrialização por substituição de importações (ISI) – de acordo com Moreno-Brid e Bosch (2010) seria mais adequado chamá-la de *industrialização liderada pelo Estado* – e o contínuo progresso técnico dos sistemas produtivos nacionais. Assim, o regionalismo intervencionista articulava a importância que o Estado deveria assumir em ambas as frentes: como executor das políticas a favor do desenvolvimento industrial e capitaneando os instrumentos de integração regional. A esse respeito, não é correto afirmar que a integração regional gestada na América Latina sob a interpretação da CEPAL fosse um “regionalismo fechado”, já que não implicava o “fechar absoluto das fronteiras com o resto do mundo”. Dela se inferia, porém, que a proteção tarifária e cambial fosse seletiva e temporal, garantindo que essa “blindagem” assegurasse a proteção da indústria regional nascente, e que, posteriormente, uma vez havendo adquirido *know-how* e melhor competitividade, o fluxo de mercadorias industriais intrabloco se traduzisse em maiores exportações de bens manufaturados latino-americanos com os demais países do globo.<sup>21</sup>

---

20. Prebisch argumentou que “em vez de tentar estabelecer todo tipo de indústrias substitutas, cada país poderá se especializar naquelas que julgar mais convenientes de acordo com seus recursos naturais, as aptidões de sua população e as possibilidades de seu próprio mercado; e recorreriam a importações de outros para satisfazer outras necessidades de bens industriais que não pudessem ser satisfeitas com base nas importações do resto do mundo” (Prebisch, 1998b, p. 339, tradução nossa).

21. Nas palavras de Briceño-Ruiz (2007, p. 21, tradução nossa), um especialista no tema: “a proposta cepalina não excluía de forma absoluta a abertura aos mercados mundiais, circunstância que se considerava uma etapa pela qual a região teria que transitar caso seus bens conseguissem ser competitivos nos mercados latino-americanos”.

O contexto político regional e internacional durante as três décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial ajudou na construção do argumento central daqueles que defendem que a aproximação dos países na América Latina foi motivada por elementos bastante diferentes daqueles que impulsaram o processo de integração europeia, como a pacificação. Ou seja, a ampliação industrial derivada do MCL transformaria gradualmente uma organização mais racional do sistema produtivo, e, nesse sentido, o mercado latino-americano seria “mais eficaz (...) quebrando os estreitos limites do mercado nacional” (Prebisch, 1998b, p. 330, tradução nossa).

Os efeitos positivos do MCL significavam a combinação da industrialização liderada pelo Estado e sua capacidade de absorção da mão de obra deslocada de setores “arcaicos”, o que, em virtude do progresso técnico do sistema produtivo, faria com que os trabalhadores abandonassem as atividades com baixos níveis de produtividade e migrassem para aqueles setores recém-criados pela industrialização. Esse elemento era crucial para Prebisch, porque ele reconhecia que se os países de maior desenvolvimento industrial, Argentina, Brasil ou México, não fossem capazes de absorver esse tipo de força de trabalho em setores de nova incursão técnica, o MCL teria falhado.

Para aterrissar num exemplo mais concreto, entre 1950-1970, o México exerceu uma proeminente liderança do Estado, com amplo nível de autonomia na implementação de políticas desenvolvimentistas – essa direção na proteção comercial do Estado é geralmente chamada como período de “desenvolvimento estabilizador” – e se cristalizou em programas como o Fundo para a Exportação de Produtos Manufaturados (Fomex), em 1963; a aplicação de incentivos fiscais, em 1955, com a lei para o desenvolvimento das novas indústrias; e, em grande parte, com um sistema de controle à importação, em 1944, que protegeu as indústrias nascentes nacionais, mecanismo que, posteriormente, durante a década de 1950, tornou-se o programa de *licenciamento de importação* (Moreno-Brid e Bosch, 2010, p. 134).<sup>22</sup>

Como já foi exposto, as contribuições da CEPAL, a partir de 1959, procuraram fomentar o comércio entre os países da América Latina, tanto aqueles que tinham encaminhado com maior anterioridade seus processos nacionais de industrialização como os Pides, por meio de mecanismos de integração gradual que lhes permitiriam acessar uma espécie de “complementaridade produtiva”. Assim, se procurava

---

22. King (1970, p. 78-178, tradução nossa) descreve os procedimentos para a concessão de licenças de importação da seguinte forma: “Se o produto já é elaborado no México (...), então as licenças de importação não serão concedidas. Se não houver produto nacional que, na opinião do comitê, se aproxime do item exigido, então será recomendada uma licença de importação (...). Diferenças de preço podem ser mencionadas, principalmente em recurso contra tal acordo, mas parece que, na prática, o preço doméstico tinha que ser pelo menos 100% mais alto do que o produto importado para se qualificar para uma licença de importação, e, em muitos casos, as diferenças eram muito maiores”.

e elevar a competitividade dos produtos latino-americanos de forma regional e, posteriormente, melhorar sua competitividade para disputar mercados em nível internacional. Além disso, esse modelo de integração se baseou no crescimento do mercado interno – nacional e regional – e na redução da dependência das importações extrabloco.

Avaliando o que seria a experiência de integração regional na perspectiva da CEPAL, de 1959 a 1980, se conclui que suas características foram: i) o Estado manteve um papel fundamental na condução da política de integração, articulando as relações sociais e mercantis; ii) criar as condições para que existisse a liberdade de movimento de bens, pessoas e capitais; e iii) o princípio de um esquema gradual, permitindo contemplar a assimetria por meio de políticas de apoio (Perrotta, 2010, p. 35). A taxonomia do regionalismo intervencionista da CEPAL, do período pós-guerra, é apresentada no quadro 1, que resume seus principais objetivos e instrumentos.

**QUADRO 1**  
**Regionalismo intervencionista na América Latina (1959-1980)**

Características	
Grande conteúdo político: busca da autonomia	
Combinação de políticas de mercado e intervenção pública	
Preocupação com a integração e o desenvolvimento econômico	
Preferência pela integração que tenha continuidade geográfica	
Integração Sul-Sul	
Objetivos	Instrumentos
Transformação produtiva	Criação de indústrias intermediárias regionais
Industrialização e ampliação do mercado interno	Gradualidade na proteção tarifária
Diversificação das exportações	Países de desenvolvimento econômico incipiente
Criação de mecanismo de compensação de pagamentos	Projetos Setoriais de Desenvolvimento Industrial (PSDI) assinado no Pacto Andino (1969)
Coordenação de políticas industriais	Promoção de empresas transnacionais andinas subscrita no Pacto Andino (1970)
Livre mobilidade dos fatores da produção de capital e trabalho	Livre comércio recíproco

Fonte: Prebisch (1998a); Briceño-Ruiz (2007); e Perrotta (2010).  
Elaboração dos autores.

De igual maneira, o regionalismo intervencionista identificou que as principais limitações a serem resolvidas para a efetiva integração dos países latino-americanos seriam: i) diminuir a vulnerabilidade do setor externo, visto como necessidade imperiosa de reduzir o coeficiente de importações que mantinha a região no comércio com o resto do mundo; ii) diminuir as assimetrias setoriais e subnacionais, tratando de fechar as brechas nos níveis de produtividade entre os estratos de



maior dinamismo vinculados à atividade exportadora com relação à produção destinada ao mercado interno, ou seja, enfrentar a “heterogeneidade estrutural”; e iii) superar o alto custo do progresso técnico a partir de ganhos reais de economia de escala com o mercado regional.

No entanto, para vários países latino-americanos – que se inclinaram mais pela via da abertura comercial *à la* “vantagens comparativas” –, o projeto de integração proposto pela CEPAL não foi tomado como o melhor instrumento de integração, por isso a alienação com ele não foi hegemônica e tampouco gozou de continuidade no grupo de nações mais entusiastas com o esforço integrador. Apesar dessas notas dissonantes, existem dois exemplos de importantes iniciativas de integração regional a partir de 1959: o primeiro foi a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), formalizada em 1960; e o segundo, o Pacto Andino de 1969.<sup>23</sup>

Nesse contexto, com a assinatura do Tratado de Montevidéu, documento fundacional da Alalc (1960-1980), deu-se uma espécie de fusão seletiva das ideias cepalinas com propostas de orientação mais livre-cambistas, sendo esse projeto impulsionado pelos países de nível mais avançado de industrialização como Argentina, Brasil e México (CEPAL, 1979a; Briceño-Ruiz, 2007). A importância da Alalc em relação aos pronunciamentos da CEPAL que buscavam a complementação das estruturas produtivas é rastreada em pelo menos dois instrumentos aplicados.<sup>24</sup> O primeiro, o Programa de Liberalização Comercial: Listas Nacionais e Lista Comum, indica os passos que seriam realizados nessas matérias, numa primeira fase, que duraria doze anos, obedecendo ao princípio da gradualidade na implementação de medidas a favor da integração. Nessas listas, os países signatários se comprometeram a enunciar os produtos sujeitos a uma redução tarifária para permitir a entrada facilitada dessas mercadorias provenientes dos seus parceiros comerciais. Na prática, a gestão da lista era um pouco mais complicada, pois demandava que proposta sujeita a um acordo comum entre o total de países signatários para que a redução tarifária fosse efetiva.

O segundo instrumento, simbolizando claros vestígios cepalinos na Alalc, foi o apoio ao modelo de industrialização dirigida pelo Estado com a implementação dos acordos de complementação industrial (ACIs). Por meio dele, foi designado qual tipo de produto seria destinado a um determinado sistema produtivo nacional, criando as condições de repartição produtiva que permitiriam alcançar a complementariedade da indústria regional. Vale mencionar que esse instrumento foi monitorado de perto com o reconhecimento das assimetrias locais, obedecendo

---

23. Os países fundadores da Alalc foram: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os sócios pioneiros do Pacto Andino foram: Bolívia, Chile, Equador, Peru e Venezuela.

24. Para se aprofundar nesse tema, ver CEPAL (1979a; 1979b).



ao princípio do tratamento diferenciado a países do bloco com menor desenvolvimento econômico relativo.

A iniciativa de integração latino-americana do Pacto Andino (1969-1996) foi formalizada com o Acordo de Cartagena e foi subscrita por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru, em uma estratégia de desenvolvimento, na qual elementos de liberalismo econômico e participação do Estado conviviam. De acordo com Parra (1980), o Pacto Andino promoveu uma estratégia de abertura comercial regional com base nos benefícios do livre-comércio e da eficiência produtiva, mas sem perder de vista a harmonização desses aspectos com o impacto positivo do esforço integrador sobre a industrialização e o desenvolvimento tecnológico.<sup>25</sup> Nessa fusão seletiva de ideologias, o planejamento industrial era o mecanismo central, considerado o motor do processo de modernização das economias participantes desse instrumento de integração, o que, por sua vez, implicava uma forte participação estatal no processo de integração da região andina.

#### 4 REFLEXÕES FINAIS

Neste artigo, tratamos de reconstruir a trajetória da reflexão sobre a integração latino-americana de maneira comunicante com a evolução histórica dos instrumentos de integração regional. É caro para esta reconstrução em duas vias articuladas a compreensão de que o caminhar dos projetos integracionistas e das ideias sobre o regionalismo contribuíram para conformar na consciência coletiva a noção de que a integração pode ser uma pujante ferramenta para garantir a independência dos países latino-americanos frente a potências hegemônicas estrangeiras. Assim, partimos, no plano das ideias do século XIX, da recuperação de parte da discussão sobre a unificação de nações que conseguiram sua independência política do colonizador europeu e que procuravam se associar. Nessa mesma rota, analisamos a criação de categorias interpretativas cepalinas que, em meados do século XX, serviram de alicerce teórico original para vincular um binômio indissociável: o do regionalismo-desenvolvimento.<sup>26</sup>

Reconhecer essa jornada também permitiu questionar o escopo das explicações eurocêntricas da integração econômica para entender esse processo no nosso subcontinente por meio de análises inspiradas na tradição do estruturalismo latino-americano. Isso não significa, de forma alguma, tentar desconhecer os ensinamentos que podem ser extraídos da construção da UE, mas colocamos em evidência que seria um erro crasso assumir que a América Latina teria que

---

25. Nas palavras do autor: "Juntamente com essas políticas de liberalização, foi desenvolvida uma integração que combinasse a proteção de fora contra terceiros, por meio de uma tarifa externa e a forte participação estatal na programação industrial da região" (Parra, 1980, p. 485, tradução nossa).

26. Para mais informações sobre a trajetória do regionalismo sul-americano até o período mais recente, ver Carvalho e Senhoras (2020) e Junqueira, Neves e Souza (2020).

seguir *ipsis litteris* os passos europeus para a conformação de um bloco regional. Ou seja, padeceríamos de uma miopia tremenda se entendêssemos os vaivéns da integração latino-americana como desvios de uma suposta receita única – e universalmente replicável – do caminho da conformação da UE após a década de 1950. Defendemos essa postura não por um mero capricho de valorizar as teorias autóctones sobre aquelas que se originaram em outras latitudes, mas por pelo menos duas questões.

A primeira delas se justifica porque entendemos que a especificidade histórica conta muito nas modalidades de integração experimentadas e influencia, de maneira importante, como seria uma reflexão mais atinada sobre esses processos em países em vias de desenvolvimento ou de industrialização mais recente. Assim, é muito diferente o que aconteceu na América Latina daquilo que sucedeu na Europa, a partir de 1945, como é substancialmente distinta a motivação da integração regional europeia – que teve como motor a reativação das econômicas dos seus países centrais, Inglaterra, França e Alemanha, que foram anteriormente devastados no período bélico – em comparação com o esforço integrador na América Latina, que procurou que a integração regional fosse uma ferramenta que auxiliasse o processo de industrialização dos países em desenvolvimento.

Em segundo lugar, a teoria da integração latino-americana nunca procurou superar a figura do Estado nacional como principal instituição que garantisse a paz na região e muito menos criar organismos supranacionais que tivessem legitimidade sobre os Estados membros do bloco. Para a América Latina, a partir de 1950, a integração no plano da política significou unir os esforços em nível regional para aumentar a margem de negociação e a autonomia de cada um dos países latino-americanos em relação a terceiros países, em um sistema internacional caracterizado pelas relações centro-periferia. Evidenciar essas discrepâncias entre a integração “clássica” e o caso da América Latina permite reconhecer que, para pensar nossa realidade, houve valiosos esforços que buscaram ir além da abordagem ancorada no eurocentrismo.

Finalmente, o argumento aqui defendido insiste em que existe evidência suficiente da existência de um contundente arsenal teórico-crítico próprio que captura as particularidades dos processos de integração latino-americanos. Dessa forma, reiteramos a afirmação que, da análise da evolução da história das ideias latino-americanas sobre a integração, podemos encontrar uma contribuição teórica multidisciplinar, inspirada pelo estruturalismo latino-americano que promoveu a inestimável noção da indivisibilidade do binômio regionalismo-desenvolvimento. Também destacamos que não se trata de uma questão de justiça, como o resgate de parte essencial do patrimônio intelectual desses debates, mas sim de recuperar uma chave-interpretativa fundamental que sirva de guia para voltar a empreender

iniciativas concretas de integração econômica na América Latina sob essa perspectiva. Talvez assim, ao contextualizar esse arsenal teórico-crítico próprio, possamos defender melhor a racionalidade das atuais iniciativas de integração e contribuir para que elas voltem a florescer.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. de. **O Mercosul no contexto regional e internacional**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 1993.

ARAYA, D. G. El sistema nacional de economía política (1840) para una nueva Argentina (1940): Friedrich List en Alejandro E. Bunge. **Cuestiones de sociología**, v. 15, 2016.

AROSEMENA, A. P. **La Carta de Quito: un análisis**. Ciudad de México: Edición y Distribución Iberoamericana de Publicaciones S.A, 1949.

BIELSCHOWSKY, R. Evolución de las ideas de la CEPAL. **Revista de la CEPAL**, n. RCEX01, p. 21-45, 1998.

\_\_\_\_\_. Sesenta años de pensamiento de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo. **Revista CEPAL**, n. 97, p. 173-191, 2009.

BRAUDEL, F. **La larga duración: en la historia y las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1979.

BRICEÑO-RUIZ, J. **La integración regional en América Latina y el Caribe: procesos históricos y realidades comparadas**. Mérida: Universidad de Los Andes, 2007.

\_\_\_\_\_. Del regionalismo estratégico al regionalismo social y productivo: las transformaciones del modelo de integración en el Mercosur. *In*: BRICEÑO-RUIZ, J. (Ed.). **El Mercosur y las complejidades de la integración regional**. Buenos Aires, 2011. p. 121-162.

\_\_\_\_\_. **Las teorías de la integración regional: más allá del eurocentrismo**. Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa, 2018.

\_\_\_\_\_. Del saber a la teorización sobre el regionalismo latinoamericano. **Iberoamericana – Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 48, n. 1, p. 120-129, jun. 2019.

BUNGE, A. E. **Una nueva Argentina**. Buenos Aires: Guillermo Kraft Ltda., 1940.

CARDOSO, F. H. Portrait of a public intellectual. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE MANY DIMENSIONS OF POVERTY. 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: IPC-UNDP, 2005.

CARVALHO, P. N.; SENHORAS, E. M. Crise no regionalismo sul-americano: discussões sobre integração, fragmentação e desintegração. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 61-92, ago. 2020.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Los pagos y el mercado regional en el comercio interlatinoamericano: análisis y recomendaciones**. Santiago de Chile: CEPAL, 1956.

\_\_\_\_\_. **ALALC: algunos aspectos de las políticas de desarrollo zonal**. Santiago de Chile: CEPAL, 1979a.

\_\_\_\_\_. **ALALC: el programa de liberación comercial y su relación con la estructura y las tendencias del comercio zonal**. Santiago de Chile: CEPAL, 1979b.

CYPHER, J. M. La economía política empíricamente fundamentada e históricamente contextualizada de Celso Furtado. **Estudios Críticos del Desarrollo**, v. 5, n. 9, p. 141-171, 2015.

DE LA REZA, G. A. Los primeros ensayos de integración de América Latina (1821-1865): avatares y efectos del plano Bolivariano. *In*: WEINBERG, L. (Coord.). **Historia comparada de las Américas: perspectivas de la integración cultural**. México: Cialc-Unam, 2016. p. 229-245.

DOSMAN, E. J. **The Life and Times of Raúl Prebisch, 1901-1986**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2008.

FURTADO, C. Capital formation and economic development. *In*: AGARWALA, N. A.; SINGH, S. P. (Ed.). **The economics of underdevelopment**. New York: Oxford University Press, 1958. p. 309-340.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. Consejos a los jóvenes economistas. **Investigación económica**, v. 23, n. 92, p. 897-903, 1963.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia, 1970.

\_\_\_\_\_. Sous-développement, dépendance: une hypothèse globale. **Revue Tiers-Monde**, v. 13, n. 52, p. 697-702, 1972.

\_\_\_\_\_. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. **Los vientos del cambio**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

\_\_\_\_\_. **El capitalismo global**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

HAAS, E. B. **The uniting of Europe**: political, social, and economic forces 1950-1957. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1958.

HIRSCHMAN, A. O. The political economy of import-substituting industrialization in Latin American. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 82, n. 1, p. 1-32, 1968.

HODGSON, G. M. **How economics forgot history**: the problem of historical specificity in social science. Londres: Routledge, 2001.

HOFFMANN, S. **Obstinate or obsolete?** The fate of the Nation-State and the case of Western Europe. MIT Press: Daedalus, 1966.

JUNQUEIRA, C. G. B.; NEVES, B. C.; SOUZA, L. E. S. Regionalismo sul-americano nos anos 2020: o que esperar em meio às instabilidades políticas? **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 93-122, 2 dez. 2020.

KAY, C. **Latin american theories of development and underdevelopment**. Londres: Routledge, 1989.

KING, T. **Mexico**: industrialization and trade policies since 1940. London: Oxford University Press, 1970.

KRUGMAN, P. The fall and rise of development economics. *In*: \_\_\_\_\_. **Development, geography and economic theory**. Cambridge: MIT Press, 1995. p. 1-30.

LAGOS, G. La evolución del pensamiento y la acción integracionistas en América Latina. *In*: HERRERA, F. (Ed.). **América Latina integrada**. Buenos Aires: Losada. 1967.

LAVOIE, M. La economía postkeynesiana: una introducción del pensamiento. *In*: \_\_\_\_\_. **Introducción to post-keynesian economics**. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

MEIRELES, M. **Soberanía monetaria y alternativas de desarrollo en Ecuador desde el pensamiento económico latinoamericano**. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Económicas, 2016.

MEIRELES, M.; BADILLO, J. **Raúl Prebisch**: enfoque centro periferia, inserción comercial y cambio tecnológico en la discusión del desarrollo latinoamericano. [s.l.]: [s.n.], 2020. Mimeografado.

MIROWSKI, P. **Never let a serious crisis go to waste** – how neoliberalism survived the financial meltdown. London: Verso, 2013.

MONTALBÁN, R. P. Central America: in search of lost unity. *In*: PUNTIGLIANO, R. *et al.* **Resilience of regionalism in Latin America and the Caribbean**. London: Palgrave Macmillan, 2013. p. 121-145.

MORA, E. A. **Resumen de historia del Ecuador**. 3 ed. Quito: Corporación Editora Nacional, 2008.

MORENO-BRID, J. C.; BOSCH, J. R. **Desarrollo y crecimiento en la economía mexicana: una perspectiva histórica**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2010.

NURKSE, R. **Problems of capital formation in underdeveloped countries**. Oxford: Basil Blackwell, 1953.

ODISIO, J. Raúl Prebisch (1901-1986). *In*: ODISIO, J.; ROUGIER, M. (Coord.). **El desafío del desarrollo: trayectoria de los grandes economistas latinoamericanos el siglo XX**. Santander: Universidad de Cantabria, 2022. p. 29-71.

PARRA, I. De dónde viene y hacia dónde va. **Comercio Exterior**, v. 30, n. 5, p. 484-490, 1980.

PERROTTA, D. La dialéctica entre la integración regional y las estrategias de inserción internacional en el marco de proyectos de desarrollo nacional: algunas pistas para la comprensión del MERCOSUR actual. *In*: Jornadas de Relaciones Internacionales – Poderes emergentes: ¿Hacia nuevas formas de concertación internacional?, 2., 2010. Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Flacso, 2010.

PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. *In*: CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Cincuenta años del pensamiento de la CEPAL: textos seleccionados**. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, v. 1, p. 63-101, 1998a.

\_\_\_\_\_. El Mercado Común Latinoamericano. **Cincuenta años del pensamiento de la CEPAL: textos seleccionados**. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, v. 1, p. 325-348, 1998b.

RICARDO, D. **Principios de economía política y tributación**. Londres: John Murray, 1817.

RODRÍGUEZ, O. Fundamentos del estructuralismo latinoamericano. **Comercio Exterior**, v. 51, n. 2, p. 100-112, 2001.

\_\_\_\_\_. **El estructuralismo latinoamericano**. Ciudad de México: CEPAL, 2006.

ROS, J. Introducción a 'repensar el desarrollo económico, el crecimiento y las instituciones'. **Economíaunam**, v. 10, n. 30, p. 3-19, 2013.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Natura facit saltum: analysis of the disequilibrium growth process. *In*: MEIER, G. M.; SEERS, D. (Org.). **Pioneers in development**. Oxford: Oxford University Press, 1984. p. 205-226.

SCHMITTER, P. C. A revised theory of regional integration. **International Organization**, v. 24, n. 4, p. 836-865, 1970.

TUSSIE, D. **Los países menos desarrollados y el sistema de comercio mundial**: un desafío al Gatt. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

VIGEVANI, T. História da integração latino-americana: Mercosul e questões subnacionais. *In*: WANDERLEY, L. E.; VIGEVANI, T. (Ed.). **Governos subnacionais e sociedade civil**: integração regional e Mercosul. São Paulo: Unesp, p. 25-129, 2005.